

DOI: 10.12957/transversos.2022.64074

O RURALISMO NA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ:
A INTERVENÇÃO INTELECTUAL NA AGRICULTURA DE
SUBSISTÊNCIA DO SERTÃO CARIOCA

THE RURALISM IN LOWER JACAREPAGUÁ:
THE INTELLECTUAL INTERVENTION ON SUBSISTENCE
AGRICULTURE OF SERTÃO CARIOCA

Júlio Cesar de Souza Dória

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

jcdoria@gmail.com

Resumo:

Este artigo se configura como análise do impacto referente às alterações socioeconômicas ocorridas no Brasil na virada do século XIX e início do XX, endossadas pelos governos republicanos no pós-abolição em áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro, mas sobretudo, na região de Vargem Grande e, especificamente, na Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços que deu origem ao Quilombo Cafundá Astrogilda. Os diversos agentes inseridos neste projeto de transformação da nação atuaram nas franjas da cidade como portadores da nova ordem, capitalista, que alterava os padrões de produção, comercialização e, sobretudo, de vida dos indivíduos que habitavam o sertão carioca. Diante das investidas de outsiders, os camponeses cariocas envidaram esforços e adotaram diversas estratégias de resistência para assegurar os seus direitos básicos de moradia, trabalho e sociabilidade.

Palavra-Chaves: Pós-abolição; Sertão Carioca; Quilombo; Resistência do Campesinato Negro.

Abstract

This article is configured as an analysis of the impact on the socioeconomic changes that occurred in Brazil at the turn of the 19th century and beginning of the 20th, endorsed by republican governments in the post-abolition period in rural areas of the city of Rio de Janeiro, but above all, in the Vargem region Large and, specifically, in the Community of Black and Mestizo Farmers that gave rise to Quilombo Cafundá Astrogilda. The various agents involved in this project to transform the nation acted on the fringes of the city as bearers of the new, capitalist order, which changed the patterns of production, commercialization and, above all, the life of individuals who inhabited the interior of Rio de Janeiro. Faced with the onslaught of outsiders, the peasants of Rio de Janeiro made efforts and adopted various resistance strategies to ensure their basic rights to housing, work and sociability.

Keywords: Post abolition; Sertão Carioca; SNA; Black Peasant's Resistance.

1. Introdução

Pensar relacionalmente a trajetória de um indivíduo com um determinado contexto histórico é tarefa das mais excitantes para o historiador dedicado a conhecer e analisar os aspectos do passado. Contudo, esta tarefa não tem nada a ver com a mera descrição de acontecimentos considerados importantes, elencados em uma sequência inteligível, e por vezes, teleológica. Exemplos contrários à esta ingenuidade metodológica já foram exaustivamente analisados por historiadores (LEVI, 2000; GINZBURG, 1989; e REVEL, 2010) e sociólogos (BOURDIEU, 2002) que por sua vez, demonstraram epistemologicamente a complexidade dos estudos sobre prosopografia e trajetória.

No presente artigo proponho um diálogo entre a análise da trajetória de Ennes de Souza interseccionada com aspectos históricos constitutivos e concernentes ao desenvolvimento social e econômico da Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande, valorizando sua dimensão local. Isto implica em estabelecer inicialmente alguns parâmetros e critérios relacionais de análise e escrita, ou seja, analogamente ao método proposto epistemologicamente pela chamada “micro-história”, aqui a escala de análise reduzida tem como objetivo visualizar a dimensão histórica local (mormente de Vargem Grande) dentro de contextos latos sobrepostos em constante expansão, a semelhança de um gradiente.

Nesse sentido, busco relacionar a trajetória de Ennes de Souza a partir das suas ações políticas e intelectuais no Brasil de fins do século XIX e início do XX atentando para a sua inserção no contexto das alterações históricas ocorridas em Vargem Grande durante o pós-abolição. Em última instância, estas alterações históricas podem ter contribuído decisivamente nas instâncias políticas e sociais estruturantes daquele território e, não obstante, influenciaram na conformação da conjuntura das Vargens no pós-abolição. Em certa medida também vislumbro entender as ações políticas e intelectuais de Ennes de Souza a partir de um contexto social ampliado, que é o do Brasil de fins do século XIX e das primeiras décadas do XX. Isto porque o identifico – Ennes de Souza – como um “tipo ideal” representante de parte de uma classe social que atuava politicamente no país neste período e contribuiu diretamente para a mudança de uma economia pré-capitalista baseada em aspectos desvinculados à centralidade do mercado como fim último para a mercantilização da economia nacional, abandonando os diversos entraves conservadores oriundos de uma lógica de Antigo Regime, mormente no tocante à produção rural.

Contudo, me interessa particularmente a redução da escala analítica para a dimensão local com vistas a compreender como a “instância político-administrativa menor”, a região de Vargem Grande – e a Comunidade de Agricultores Negros, em específico – dialogaram com a “instância político-administrativa maior”, o Estado e suas instituições. Nesse sentido, proponho através desta metodologia identificar e avaliar o impacto dos projetos intervencionistas de intelectuais como Ennes de Souza e seus consortes, por meio da SNA¹, na dinâmica socioeconômica de uma região caracterizada pela formação de um campesinato negro (GOMES, 2006: p. 45-46) e mestiço que, por sua vez, deu origem a Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande. O termo campesinato negro refere-se as diversas relações estabelecidas entre negros livres, cativos, forros e aquilombados em áreas rurais com senhores, autoridades, comerciantes e lavradores não negros no contexto da sociedade escravista brasileira. A diferenciação racial entre esses camponeses negros e o restante da população branca nestas regiões se configura como um importante marcador das diferenças sociais locais. Deste modo, é a partir das experiências e dinâmica social neste contexto que foram construídas redes de apoio mútuo solidamente articuladas e que em última análise, permitiram através de práticas econômicas a formação de comunidades e grupos negros autônomos.

Essa ambiência na região de Vargem Grande possibilitou a formação de uma Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços composta socialmente através de laços de parentesco e sociabilidade entre indivíduos que experienciaram direta ou indiretamente a vida no cativeiro. Esses homens e mulheres se organizaram socialmente em uma parte específica da região de Vargem Grande, entre as localidades do Sacarrão, Cachoeira, Santa Bárbara, Morro Redondo, Cabunguá, Pacuí e Mucuíba por intermédio de arrendamentos junto ao Mosteiro de São Bento, o proprietário das terras de parte do Sertão Carioca entre parte do século XVII a fins do XIX. Neste território desenvolveram mecanismos sociais voltados para a manutenção da terra nas mãos das primeiras famílias negras e mestiças que se estabeleceram na região como legado identitário para a formação da Comunidade, que em última instância se converteram em práticas de resistência contra as diversas formas de ameaça à sua existência e reprodução material.

¹ Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 1897 como instituição dedicada ao desenvolvimento da agricultura e pecuária no Brasil. Nas páginas seguintes irei detalhar os princípios e objetivos desta instituição em relação direta com a região das Vargens.

A agricultura de subsistência era a base da produção econômica destes indivíduos e estava conectada aos demais aspectos constitutivos da comunidade, sendo, portanto, um elemento formador dos parâmetros sociais organizativos locais, a Economia Moral das Vargens. Nesse sentido, a equação formada pela prática do parentesco e rede de sociabilidade enquanto critérios para acesso à terra nesta região de Vargem Grande se configurou como elemento estruturante para o surgimento e continuidade da Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços. Logo, a dinâmica social entre estes agricultores estava embasada em aspectos morais concernentes à dimensão cultural formativa destas famílias interligadas por relações de compadrio e partilha de um cotidiano, história e objetivos em comum.

Isto significa afirmar que a importância da Economia para a Comunidade não estava no centro de suas aspirações, pois, outros elementos constituintes da realidade existencial destes indivíduos exerciam uma função mais importante para a manutenção e reprodução dos seus modos de vida bem como das circunstâncias materiais responsáveis que davam sentido e identidade para a Comunidade. É este o ponto central de tensão entre Ennes de Souza e a rede de intelectuais articulada em torno da SNA com a *Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande*, pois ao defenderem a modernização da agricultura no Brasil e, especificamente, nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro como o Sertão Carioca², acabaram por se colocar frontalmente contrários aos interesses existenciais de uma população rural que professava a defesa de valores outros que não encontravam afinidades com o discurso rural progressistas de intelectuais como Ennes de Souza e SNA. Vejamos como isso se deu!

2. Maranhão, Europa e Rio de Janeiro: a trajetória de António Ennes de Souza

António Ennes de Souza nasceu no ano de 1848, na cidade de São Luís, Província do Maranhão. Filho único, ficou órfão de pais antes dos 10 anos de idade e, por isso, foi criado por sua tia-avó, que aparentemente possuía recursos suficientes para a manutenção do sobrinho-neto (NAVA, 2002: p. 10,16-18), pois, possuía dentre outros bens uma loja de materiais de construção e ferragens em que anos mais tarde Ennes veio a trabalhar (Idem, NAVA). É bem provável que

² Utilizo em alguns momentos o termo Sertão Carioca como o definiu Magalhães Corrêa olvidando a acepção do conceito de Sertão isoladamente. Nestes momentos a palavra será grafada com letra maiúscula, sendo assim, um substantivo de definição e localização territorial e não uma adjetivação de um lugar ou território. Em termos históricos parte da Zona Oeste era definida como o Sertão da cidade do Rio de Janeiro. Em Jacarepaguá o Sertão Carioca abrangia aos atuais bairros do Camorim, Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande e Vargem Pequena.

tenha recebido a instrução básica e elementar em casa, pois, todos os arquivos consultados não possuem informações sobre a sua frequência em quaisquer instituições de ensino elementar. Porém, aos 19 anos seguiu para a França aonde iniciou os seus estudos superiores (BLAKE, 1970).

Segundo Sacramento Blake, problemas familiares e a Guerra contra a Prússia formaram uma situação de grande instabilidade para Ennes de Souza, obrigando-o retornar para o Brasil sem ter concluído seus estudos. Tudo indica que ele tenha ficado no Maranhão tempo suficiente para amealhar recursos financeiros que lhe garantissem o regresso para a Europa, fato consumado em 1873, ano em que chegou à Zurique, Suíça (Idem, BLAKE). Entre o outono de 1873 e o inverno de 1874 estudou Mineralogia e Petrogenia, Geologia Geral e o Período Quaternário com o professor Dr. Heim; além de Mineralogia com o professor Dr. Kennigot, ambos como aluno ouvinte, ou seja, não matriculado oficialmente na Faculdade de Engenharia de Zurique³. No ano 1876 matriculou-se na famosa Faculdade de Minas de Freiberg de onde saiu com o diploma de Químico e Engenheiro de Minas⁴.

Entre 1878 e 1879 esteve diretamente vinculado aos laboratórios de estudos e pesquisas dos professores V. Merz e W. Weith, pela Universidade de Zurique, o que lhe conferiu o título de Doutor em Mineralogia pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique, através da apresentação de uma tese sobre ligas metálicas, intitulada *Uber Amálgame*⁵. Não foi possível saber a motivação de Ennes de Souza em não ficar na Europa e desenvolver a sua carreira profissional. Fosse por vontade própria de voltar para o seu país ou por falta de oportunidades em sua área profissional, o fato é que o engenheiro maranhense voltou para o Brasil e se estabeleceu na Corte, a cidade do Rio de Janeiro, aonde prestou concurso e foi aprovado como professor de engenharia da Escola Politécnica⁶.

No Rio de Janeiro compôs algumas redes de sociabilidades⁷ (SIRINELLI, 1998: p. 271-275), principalmente com intelectuais maranhenses como Arthur Azevedo e Álvaro de Oliveira;

³ Arquivo da Universidade de Zurique - Zuhörerlist (Lista de ouvintes) Localização EZ-2.1/08.037. *Programm der eidgen. polytechnischen Schule für das Schuljahr 1873/74. Beziehungsweise das erste Halbjahr*

⁴ UAF (Arquivo da Academia de Minas de Freiberg), OBA 12060 Band 1 (Band = volume).

⁵ Arquivo da Universidade de Zurique - Bericht des akademischen senates über die Wirksamkeit der Universität Zurich von Ostern 1879 bis Ostern 1880 (Relatório do senado acadêmico sobre desempenho na Universidade de Zurique entre a Páscoa 1879 à Páscoa de 1880). UAF (Arquivo da Academia de Minas de Freiberg), OBA 12060 Band 1 (Band = volume), 2927.

⁶ Revista de Engenharia de 15 de setembro de 1881, pp. 145.

⁷ Adotando a perspectiva do autor, as redes de sociabilidade são formadas por indivíduos com experiências pretéritas e contemporâneas, objetivos e anseios em comum, que por meio de uma relação de trocas e interdependências formam uma espécie de grupo, associação ou pequena comunidade de interesses específicos. Essa perspectiva tem se

com republicanos históricos como José do Patrocínio e Quintino Bocaiuva; com positivistas como Miguel Lemos e Benjamin Constant; abolicionistas como André Rebouças e a Confederação Abolicionista. Ennes de Souza se destacou bastante na Campanha Abolicionista, tendo sido por diversas vezes interlocutor e representante do Club Abolicionista da Escola Politécnica, da Confederação Abolicionista e membro ativo da Sociedade Central de Imigração, mas sobretudo, destacou-se na Imprensa através da publicação de estudos voltados para a organização social e econômica do Brasil tendo como princípio básico o fim da escravidão⁸.

Nesse sentido, podemos identificar a sua atuação intelectual e política intrinsecamente conectadas, bem como seus estudos que embasavam suas propostas de intervenção/reforma socioeconômica podem ser identificados como um projeto de nação. Projeto este que encontra ressonância e desenvolvimento na ambiência das relações políticas desenvolvidas no seio da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, logo, imbuído também de uma perspectiva atrelada a um duplo *ethos*: o de engenheiro e o do professor de uma das mais prestigiadas faculdades do país. O resultado da dinâmica relacional possibilitada por esta ambiência intelectual foi a construção de um repertório analítico comum a caracterizar os projetos de nação apresentados de forma individual por muitos destes engenheiros que, sobretudo, estiveram presentes no Clube Abolicionista da Escola Politécnica, na Sociedade Central de Imigração e na Confederação Abolicionista ou ao menos em uma destas associações⁹.

Com o advento da República Antônio Ennes de Souza ocupou o cargo de Diretor/Presidente da Casa da Moeda, ao mesmo tempo em que continuava a desempenhar a sua profissão de professor de engenharia. Neste mesmo período, início da última década do século XIX, foi responsável pela criação de diversas palestras no subúrbio e freguesias rurais do Rio de Janeiro, que em síntese versavam sobre os seus estudos sobre reforma social formulados uma década antes e que ficaram conhecidos como Comícios Rurais¹⁰. Nestas ocasiões mesclavam-

mostrado bastante fecunda, tendo em vista que permite mapear um espaço social objetivo, ou seja, organizacional, tais como Escolas, Universidades, Associações Intelectuais, Jornais, Revistas, Editoras e etc, que possibilitam observar a produção e circulação de ideias, esclarecendo as questões políticas e intelectuais surgidas em determinado período e lugar.

⁸ Ver por exemplo: Jornal Gazeta da Tarde, 3 de novembro de 1883; Jornal Gazeta da Tarde, 9 de janeiro de 1884 e Jornal Gazeta da Tarde, 16 de janeiro de 1884.

⁹ Para uma análise ampliada sobre os diversos projetos de nação apresentados no Brasil em fins do século XIX sugiro ver: ALONSO, 2002); (CARVALHO, 1990).

¹⁰ Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) do CPEDOC da FGV em 11/09/2014 em:<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SOUSA,%20Antonio%20Ennes%20de.pdf>>.

se palestras e discussões sobre a condição socioeconômica das áreas rurais, mas sobretudo, destinavam-se a troca de experiência sobre o cultivo de determinados itens agrícolas e, principalmente de sementes¹¹.

No final desta mesma década, mais precisamente entre 1896 e 1897, esteve diretamente vinculado à criação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) tendo sido o primeiro presidente e corresponsável pela publicação dos primeiros exemplares da Revista A Lavoura, pertencente à SNA¹². Após anos dedicados ao movimento abolicionista defendendo uma reforma social conectada com projetos de reforma agrária, profissionalização e educação da população rural, Ennes de Souza continuou defendendo e publicizando tais ideias através dos Comícios Rurais. Após constantes diálogos com Campos da Paz, Germano Vert, Jacy Monteiro, Sérgio de Carvalho, Honório Ribeiro e Vaz Pinto, lograram formar a SNA com o propósito de modernizar a agricultura brasileira a partir da reforma agrária, educação e difusão da necessidade do fortalecimento da pequena e média propriedade rural voltada para o abastecimento do mercado interno enquanto garantidor da autonomia agrícola do país¹³.

Portanto, Ennes de Souza pode ser identificado como o típico intelectual brasileiro da chamada geração de 1870, que para além de sua carreira profissional, também procurou atuar intensamente nas questões políticas, sociais e econômicas candentes no país¹⁴ (FERREIRA, 1989: p. 2-52; FERREIRA, 2007.). Como indivíduo oriundo de uma classe média em formação e ao mesmo tempo – por conta de sua trajetória intelectual – aderente a um ethos profissional já consolidado em fins do século XIX, o professor-engenheiro (Op. Cit. FERREIRA, 2007), Ennes representava a síntese da emergente classe média urbana brasileira que se desenvolvia a partir da lenta complexificação da Economia do país, sobretudo do setor de serviços e comércio nas cidades, como já havia destacado Gilberto Freyre¹⁵ (FREYRE, 2013: p. 20-22, 32-40 e 45-63). De

¹¹ A Imprensa, 24 de fevereiro de 1891; Jornal do Agricultor, 13 de fevereiro de 1892; O Combate, 4 de junho de 1892.

¹² Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo Presidente de Província Quintino Bocayuva. Neste documento, Quintino Bocayuva destaca o protagonismo de Ennes de Souza frente a SNA e as iniciativas de desenvolvimento da agricultura no Rio de Janeiro. Ver também. Almanaque Agrícola do Fluminense do Centro Agrícola de Vargem Alegre, 1898; Jornal A Cidade do Rio, 4 de agosto de 1897.

¹³ Ver, Jornal Cidade do Rio dos meses de fevereiro, abril e maio de 1898.

¹⁴ Sobre esta perspectiva de atuação político-social de intelectuais no século XIX, o positivismo cristalizou os diferentes espectros do cientificismo no Brasil no século XIX.

¹⁵ Nesta obra, Gilberto Freyre aponta para a contradição entre o campo e o urbano no Brasil ao longo do século XIX representado pela decadência do patriarcado rural frente ao amento da burocracia do Estado e as pressões econômicas exercidas pelos novos paradigmas impostos mundialmente pela Inglaterra. Porém, o autor deixa em

tabela, o *ethos* do professor-engenheiro e obviamente enquanto intelectual, comportava a tendência da produção intelectual voltada para a solução das questões nodais que de alguma forma se apresentavam como empecilho do progresso econômico e civilizacional do país¹⁶ (HARTOG, 2013: p. 131, 140-142; KOSELLECK, 2006: p. 58-60 e 314-327; BURKE, 2012: p. 73, 120-124, 171-174 e 199).

Entretanto, mesmo compartilhando um mesmo *ethos* e compondo as mesmas redes de sociabilidades, as soluções apresentadas por estes intelectuais acima citados poderiam diferir. Por exemplo, ao compararmos os dois engenheiros que estiveram nas três associações acima mencionadas: André Rebouças e Ennes de Souza, o primeiro, negro e monarquista e o segundo, branco e republicano, pensavam de maneiras diferentes de como deveria ocorrer o processo de condução política para a solução dos problemas do país. Porém, ambos encontravam na Escravidão e no latifúndio a causa central de todos os males do Brasil. É nesse sentido, que a semelhança de outros intelectuais brasileiros ambos fizeram parte do movimento político identificado por Sônia Regina de Mendonça como “Ruralismo Brasileiro” (MENDONÇA, 1997: p. 35-50).

Portanto, o Ruralismo teria sido nas palavras da autora “um movimento, ideologia política, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre convergentes” (Idem, MENDONÇA). O recorte classista realizado por Sônia Regina é extremamente importante, pois identifica o lugar social destes indivíduos, que compunham uma elite econômica nacional heterogênea em suas origens e no tamanho do capital possuído por cada indivíduo. Distavam consideravelmente das condições materiais da classe trabalhadora tanto urbana como a rural e as possibilidades que possuíam de influenciar na realidade política por meio de órgãos públicos e diversas instituições promotoras de suas ideias e interesses aumentava a desigualdade social entre ambas as classes.

Ennes de Souza se destacou como o tipo-ideal do intelectual que utilizou o seu prestígio social e político como professor de engenharia Escola Politécnica, intelectual formado no meio

evidência que tais transformações ocorreram de maneira progressiva e se consolidaram de fato, em fins do século XIX. Logo, o período aqui destacado se refere ao processo de transição entre o que o autor denominou de mudança coletivismo da casa para o individualismo da rua.

¹⁶ A ideia de progresso - como um processo - esteve tão arraigada no século XIX que possibilitou o desenvolvimento de teorias destinadas ao fim perfeito das sociedades, as quais deveriam passar por determinadas etapas até alcançar tais objetivos.

acadêmico europeu e inserido em diversas redes de ação política e intelectual na sediadas na Corte. Desta forma, entendo que o mesmo gozava de autoridade para se inserir nas discussões e debates referentes aos projetos de nação em disputa no Brasil após a Abolição. Com o advento da República procurou direcionar as suas interpretações e prognósticos sobre a realidade social e econômica brasileira a partir da perspectiva ruralista. As evidências que atestam o vínculo de Ennes de Souza com o Ruralismo vão para além dos seus artigos publicados em jornais e das conferências públicas realizadas objetivando a promoção da reforma agrária. O professor da Faculdade de Engenharia do Rio de Janeiro e Presidente da Casa da Moeda foi um dos fundadores da SNA, uma das instituições mais influentes para a promoção do desenvolvimento agrícola do país na virada do século XIX e primeiras do século XX, sendo esta instituição a responsável pelo projeto de criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) (Op. Cit. MENDONÇA: p. 113-175), a instância burocrática estatal responsável pela condução das políticas de apoio, fomento, suporte, controle e regulação do setor.

3. O encontro das marés: o ruralismo nas freguesias suburbanas e rurais do Rio de Janeiro no imediato pós-abolição

A teoria ruralista da SNA necessitou ser testada e as suas teses teriam de ser validadas a partir das experiências concretas, conforme preconizavam os dogmas da ciência desde Isaac Newton e seu paradigma. A promessa em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país por intermédio de investimentos destinados a evolução técnica – conhecimento – e material – ferramentas e máquinas – da agricultura brasileira era um dos principais objetivos deste projeto e, neste sentido, a instituição adquiriu uma fazenda que viria a funcionar como centro de ensino e pesquisa, na região da Penha, subúrbio do Rio de Janeiro localizado na zona norte da cidade¹⁷.

Ali, passou a funcionar a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária voltada para a formação, aperfeiçoamento e especialização de fazendeiros, lavradores e trabalhadores do campo em geral (Op. Cit. MENDONÇA, 2001. p. 267-289). Em paralelo a este empreendimento a SNA também difundia as suas teses, projetos econômicos e mesmo projetos de nação, as experiências agrícolas ou pastorais de seus membros e, obviamente, os estudos desenvolvidos na Penha, através

¹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Relatórios do Ministério da Fazenda 1891-1926 – Referência ao ano de 1910.

do seu periódico mensal chamado *A Lavoura*. A Revista é rica em informações voltadas para a elaboração de prognósticos rurais e aconselhamentos sobre as melhores e mais rentáveis culturas a serem desenvolvidas nas diferentes regiões do país, e sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro. Neste quesito, em particular, percebe-se a tentativa de introdução do cultivo da uva e propostas voltadas para uma melhora nas técnicas de produção e práticas agrícolas locais objetivando o aumento da produção para suprir a demanda do mercado local¹⁸.

Ennes de Souza assinou vários destes artigos e escreveu editoriais defendendo a produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado a partir da diversificação das culturas¹⁹. A defesa desta linha de pensamento e prática econômica, sobretudo, no primeiro ano da Revista é indelével. Destacando este ponto, Sônia Regina também percebe tal perspectiva em suas análises, mesmo que não acredite no endereçamento destas mensagens para os pequenos proprietários e lavradores pobres do país e da cidade do Rio de Janeiro, ao contrário, entende que tal projeto se destina exclusivamente a formação e ao já existente agricultor médio, e exemplo do farmer, o fazendeiro capitalista norte-americano (Op. Cit. MENDONÇA, 1997: p. 34-67). Contudo, alguns fatores nos levam a crer que Ennes de Souza e a SNA – ao menos nas primeiras duas décadas após a fundação – fato buscaram introduzir tais transformações na pequena agricultura, ou seja, a agricultura de subsistência difundida nos arredores da cidade como mecanismo de intervenção nas formas de produção do campesinato carioca.

Nossa análise compreende que a proposta de intervenção e modificação no sistema agrícola nacional não foi projetada apenas para os médios e grandes produtores, tese que a própria autora indiretamente corrobora, ao destacar como um dos focos de ação da SNA estaria a atenção as demandas dos produtores vinculados ao fornecimento de insumos para os mercados regionais. Logo, é equivocada a tendência de exclusão dos pequenos agricultores enquanto grupo de interesse da SNA justamente porque – ao menos no Rio de Janeiro – eram eles os grandes produtores de insumos que abasteciam a cidade (DÓRIA, 2021: p. 43, 52, 61 e 66-72). A inclusão dessa classe empobrecida no projeto de nação aqui apresentado atendia aos interesses por parte do Estado e dos ruralistas em solucionar os problemas de abastecimento local e não o atendimento do mercado nacional como um todo.

¹⁸ Revista *A Lavoura*, nº 1, ano 1897.

¹⁹ *Idem*.

Dentro da lógica aqui analisada esses pequenos agricultores poderiam tanto ascender economicamente por intermédio da adoção de práticas prescritas pelos intelectuais como também, poderiam servir aos propósitos do abastecimento dos itens de primeira necessidade nos mercados locais situados nos subúrbios da cidade. E por outro lado, as investidas da SNA e de Ennes de Souza nas áreas do entorno da cidade atestam tal perspectiva que ora apresentamos. Desde fins do século XIX e principalmente nos anos 1920, a região conhecida como Sertão Carioca fora alvo de investidas intelectuais²⁰ (CORRÊA, 2017) – dentre eles o próprio Ennes de Souza – e da SNA engajados na implementação de práticas voltadas para a modernização das formas de cultivo e produção a serem adotadas pelos agricultores do sertão e, logicamente, do campesinato negro das Vargens (GOMES, 2006: p. 45-46). E como demonstrou Sônia Regina, o renascimento do Ministério da Agricultura em 1907 potencializou ações destinadas a diversificação agrícola, a agricultura de subsistência e o fortalecimento do mercado interno. Portanto, entendendo ser de sumo interesse do Estado brasileiro, através do MAIC, e – para o presente estudo – alguns governos responsáveis pela administração do Estado do Rio de Janeiro, que estas regiões nos arrabaldes da cidade servissem aos interesses econômicos por eles defendidos, o que significava a produção dos alimentos voltados para a dieta básica da população e evitar a importação de insumos básicos – como o carne e arroz – que vinham sendo realizados e encareciam o custo de vida na cidade²¹ (Op. Cit. MENDONÇA, 1997: p. 137-145 e 160-161).

É neste sentido que a permanência da Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande, bem como as suas formas de produção e cultivo considerados defasados, se configuram como obstáculo ao projeto de transformação das formas de organização e produção econômica preconizadas por intelectuais e o Estado brasileiro interessados em findar os últimos aspectos da economia pré-capitalista ainda vigente na cidade. Entretanto, estes projetos ameaçavam diretamente a estrutura social e econômica do sertão carioca, representava também um ataque a Economia Moral local das Vargens, a maneira como eles viviam e entendiam o mundo a sua volta. Os camponeses, os agricultores da Comunidade Negra e Mestiça de Vargem

²⁰ Ennes de Souza esteve intimamente vinculado à projetos e ações voltadas para transformações da estrutura socioeconômica destas regiões, principalmente através dos Comícios Rurais. Ver periódicos: A Imprensa, 24 de fevereiro de 1901. Jornal do Agricultor, 20 de fevereiro de 1892. Jornal O Combate de 28 de abril de 1892.

²¹ Ver também os diálogos estabelecidos entre Ennes de Souza (representando a SNA) e Ubaldino do Amaral (governador do Distrito Federal, Rio de Janeiro) em Jornal Gazeta da Tarde, 27 de novembro de 1897.

Grande resistiu às investidas contra as ameaças a existência de seus valores culturais e suas fontes de sobrevivência.

4. As formas de resistência da Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande

Como mencionado em páginas acima, tanto intelectuais como associações e instâncias administrativas do Estado se referiam aos agricultores de Vargem Grande como gente pobre, humilde, analfabeta, vivendo nas mais precárias condições, donos de roças malcuidadas e, portanto, atrasados nas formas de produção por não terem instrução intelectual o suficiente para o desenvolvimento de técnicas agrícolas consideradas modernas. A própria historiografia tratou de legitimar os discursos de época afirmando que após a saída do Mosteiro de São Bento das Vargens a produção local declinara e a condição social na região se tornara degradante (FRIDMAN, 1999: p. 133-136). Contudo, me parece que o processo é mais complexo e tem como elemento dificultador as recorrentes tentativas de abertura do mercado fundiário das Vargens para transações especulativas de compra e venda de terras como vinha ocorrendo em outras freguesias rurais e suburbanas tocadas pela via férrea D. Pedro II ou Central do Brasil (Op. Cit. DÓRIA: p. 231). Na região de Vargem Grande este processo de expansão do mercado imobiliário carioca foi tentado por grupos de investidores, banqueiros, grandes proprietários rurais e alguns indivíduos pertencentes à algumas das famílias mais poderosas econômica e politicamente no Rio de Janeiro novecentista, como os Leite Ribeiro, ramo familiar vinculado à família Werneck do Vale do Paraíba fluminense.

É neste cenário político e econômico de aceleração da introdução de práticas capitalistas na Economia carioca hostis à Economia Moral estruturante das relações sociais na região das Vargens em que estava estabelecida a Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande, que ora analisaremos o impacto dos projetos de “modernização” de intelectuais e políticos a nível local. Além disso, é importante destacar que a presença no território de representantes do capital especulativo e empresários que outrora eram financistas e artífices das formas de acumulação e reprodução econômica do sistema escravista na cidade do Rio de Janeiro, trazia elementos em disputa até então olvidado ou negligenciado pela historiografia.

Como já demonstrara Manolo Florentino e João Fragoso, a elite agroexportadora do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e parte do XIX estava intimamente ligada ao financiamento do próprio sistema econômico, através do comércio transatlântico, do setor de crédito e do controle do mercado imobiliário na Corte (FRAGOSO, 1998: p. 185, 285 e 351-356.; FLORENTINO, 2014: p. 187-220). Identificar esses fatores implica em esclarecer as bases e condições socioeconômicas envolvidas no enfrentamento político encetado pelos agricultores de Vargem Grande. Enfrentar politicamente grupos, associações e empresas economicamente mais poderosos não é tarefa fácil e as estratégias de resistência frente às diversas formas de pressão e opressão requeriam formas sutis e minuciosas de organização. Uma vez mais, enfrentar o assédio político e econômico destes grupos requeria o reconhecimento sobre as desvantagens em tela sabendo que tal contexto não era favorável a ações e discursos diretos contra seus adversários²² (SCOTT, 1990).

A visibilidade, bem como a publicização tanto das ideias como das ações contra os assediadores da Comunidade, se apresentam como uma estratégia perigosa por informar ao inimigo as suas intenções e recursos disponíveis para execução das ações dando aos poderosos inimigos a oportunidade de se preparar para as ofensivas e, sobretudo, retaliar com violência e eficácia àqueles em situação de segurança mais vulnerável. Neste sentido, declarar “guerra aberta”, ou em termos menos acintosos, declarar inimizade e conflito aberto não se demonstrava uma estratégia de luta e resistência política favorável para os membros da Comunidade de Agricultores de Vargem Grande.

Visto que as formas cotidianas de existência bem como a dinâmica das relações sociais dos pobres e trabalhadores raramente foram registradas no passado aparecendo ocasionalmente em circunstâncias indiretas, por estarem sobretudo em um contexto social e político considerado desimportante, torna-se forçoso de nossa parte identificar os indícios, os detalhes, as informações indiretas expostas de formas fragmentadas nos arquivos que contêm dados sobre as formas de vida e organização social destas classes, que no artigo presente, se restringe aos agricultores de

²² Compartilho aqui a perspectiva analítica desenvolvida por James Scott acerca das estratégias de resistência adotadas por camponeses, indivíduos, grupos étnicos, classes sociais e similares em condição de inferioridade material concreta nas relações de poder. Esta assimetria das condições materiais concretas entre indivíduos portadores de maiores condições materiais nas relações de poder em sociedade possibilita o exercício do controle, imposição de regras e formas de opressão as quais são recebidas de diversas maneiras por aqueles em condições inferiores, mas, encontram sobretudo, formas de resistência destinadas à diminuição das condições materiais de exploração decorrentes dos processos de dominação e controle configurando práticas cotidianas de luta contra a opressão e a exploração sofrida.

Vargem Grande formadores da Comunidade Agricultores Negros e Mestiços atualmente conhecida como Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda. Desta forma, as fontes aqui utilizadas não foram produzidas pelos próprios agricultores, mas, contudo, é possível ler nestes relatos indiretos os “discursos ocultos”²³ (Idem. SCOTT, 1990: p. 108-182) emitidos e executados cotidianamente de maneira sistemática pelos membros da Comunidade. Logo, as matérias de jornais, revistas e livros sobre Vargem Grande entre o fim do século XIX e as três primeiras décadas do século XX se apresentam como material importante na identificação dos discursos ocultos materializados em práticas cotidianas de resistência adotadas pelos agricultores da Comunidade.

3.1. Resistência comunitária: entre políticos, intelectuais e capitalistas (do Comendador à Ennes de Souza)

Durante aproximadamente 30 anos a família Pinto da Fonseca, do Comendador do Império do Brasil e seu filho, o Barão da Taquara, exerceram grande influência política e social na Baixada de Jacarepaguá logrando controle sobre diversas instituições ligadas ao comando político do Estado imperial brasileiro locais. Principalmente, através das eleições locais para os cargos de Juiz Paz, Inspetor de Quarteirão e na escolha dos indivíduos responsáveis pela repressão, segurança e controle social na região de Jacarepaguá (Op. Cit. Dória: p. 214-220). Parte da Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande estava administrativamente localizada na freguesia de Jacarepaguá e geograficamente toda ela se encontrava nesta região, enquanto a outra parte se encontrava – administrativamente – na freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, sendo, portanto, inevitável o intercurso político com o Comendador, seu filho o Barão da Taquara e seu séquito. Fator potencializador desta relação estava no fato de um tal primo do Comendador Pinto da Fonseca, que era fazendeiro, comerciante e emprestava dinheiro a juros morar em Vargem Grande, próximo ao território da Comunidade (Idem, DÓRIA).

Durante a década de 1850 o Barão havia sido desafiado politicamente por outro fazendeiro e comerciante também residente em Jacarepaguá. Desse conflito entre poderosos locais foi possível identificar o envolvimento dos membros da Comunidade de Agricultores de forma

²³ O termo discurso oculto foi desenvolvido por Scott para identificar mecanismos e estratégias de resistência adotada pelos indivíduos em situação amplamente desfavorável nas relações de poder. Os discursos ocultos são, portanto, práticas de resistência à opressão que não podem ser comunicadas e executadas abertas e publicamente, necessitando assim de uma ambiência secreta para a sua materialização.

indireta e, ao mesmo tempo, entrever as estratégias políticas adotadas pelos mesmos nas relações de poder local (Idem, DÓRIA). Vejamos abaixo!

1º Havia uma forte prática de coação política e social exercida por intermédio da violência física e mecanismos de cobrança financeira sobre dívidas exercido por João Antonio da Fonseca Marques – o primo do Comendador – e apoiadores do Comendador, contra a população local;

2º Mesmo diante da situação adversa havia agricultores em Vargem Grande, que apesar de sua condição financeira, conseguiram gozar de certa autonomia política frente as investidas do Comendador e seu grupo político.

A partir desta análise foi possível identificar a dinâmica sociopolítica local e sua intersecção com a Economia Moral das Vargens em que as práticas de resistência se inseriam de forma sutil e de certa forma escamoteada destinada a consecução dos objetivos materiais de manutenção e reprodução da Comunidade. Estas práticas estavam restritas aos aspectos culturais estruturantes do campesinato negro das Vargens, fato que nos obriga a entender a sua dimensão dialógica com outras realidades sociais e políticas alicerçadas na estrutura de dominação do Antigo Regime performada pelos grandes proprietários rurais e comerciantes do Rio de Janeiro, de forma geral. A habilidade para inserir as demandas da Comunidade com as pautas ordinárias dos grupos políticos instalados na cadeia de comando institucional na cidade se apresentava como possibilidade de ação diante de uma dinâmica de poder assimétrica. Desta relação sociopolítica percebemos que a Comunidade possuía indivíduos aptos as participar do escrutínio eleitoral local no qual a disputa política entre os poderosos havia sido deflagrada. Pelo fato de termos constatado que após este conflito a Comunidade aumentou o seu tamanho em termos espaciais e demográficos, além de ter conseguido emplacar a escolha de alguns membros para a ocupação de cargos da administração pública na região, percebe-se que a estratégia coletiva adotada pela Comunidade possibilitou não somente a defesa contra a violência material e o domínio político institucional exercido pelo Comendador e, posteriormente pelo Barão, como também, transformou as práticas veladas de resistência em ganhos concretos e materiais para a Comunidade dentro do contexto de disputas políticas concernentes às relações de poder na região das Vargens (Op. Cit. DÓRIA: p. 214-262).

A estratégia adotada foi o alinhamento coletivo ao grupo do Comendador, porém, os desdobramentos apontam para uma relação dialógica intermediada pela negociação de interesses

em comum a favorecer os envolvidos nas tratativas. Neste sentido, o apoio político significou não apenas a possibilidade de manutenção das terras e das relações sociais vigentes nas quais se construiu a Comunidade como também proporcionou ganhos materiais dentro da lógica campesina da Economia Moral das Vargens. O que estava em jogo era nada menos do que os padrões políticos e econômicos que estruturavam as relações sociais da Comunidade e, por sua vez, garantiam a subsistência dos seus membros. A possibilidade de mudança destes padrões significava uma incerteza, um risco para aqueles que tinham muito a perder e preferiam manter os padrões de segurança mínimos de subsistência a optar pelo apoio a outro grupo potencialmente favorável a alterar as condições culturais locais e, conseqüentemente, desarticular as bases de assentamento da Comunidade.

A leitura perspicaz da situação pelos membros da Comunidade foi positiva a ponto de proporcionar o aumento espacial da mesma e, além disso, a participação de alguns de seus membros em posições políticas vantajosas dentro da região das Vargens (Idem, DÓRIA). Entendo que foi justamente esse ganho político que possibilitou o fortalecimento político local da Comunidade e a colocou em condições de enfrentar novas ameaças quando as terras e propriedades pertencentes ao Mosteiro de São Bento em Jacarepaguá e Guaratiba foram vendidas²⁴.

À época da venda das propriedades e terras do Mosteiro localizadas nas Vargens, o jornal *Gazeta da Tarde* descreveu e analisou a seu modo as condições sociais e econômicas das Vargens e, é claro, de Vargem Grande. Destaca-se na descrição a condição precária de miséria e pobreza na qual se encontravam os agricultores enfatizando que as causas desta situação eram a ignorância e falta de estudos dos agricultores, além do descaso do poder público para com a população, quase em sua totalidade descendentes de escravizados²⁵. Partidário da mesma perspectiva era Ennes de Souza e as associações às quais esteve vinculado, como a SNA. Exponente destas instituições entre as décadas de 1880 e 1900, Ennes de Souza atuou politicamente neste período objetivando alterar as condições sociais e econômicas do país para que se efetuasse a passagem da Economia escravista pré-capitalista para a Economia de mercado capitalista.

²⁴ Arquivo do Mosteiro de São Bento – 8.2.1409-7 – Escritura de compra e venda das Fazendas do Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande.

²⁵ *Gazeta da Tarde*, 13 de junho de 1891.

Firme neste propósito, o professor/engenheiro publicou diversos artigos, organizou conferências, traduziu livros, fundou associações e instituições destinadas a interferir nas práticas tradicionais de organização social e produção econômica rural no país, sobretudo no subúrbio e sertão da cidade do Rio de Janeiro²⁶. Para a Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande isto significava a destruição da Economia Moral das Vargens e o fim dos padrões estruturantes das relações sociais e econômicas locais, era a passagem da economia pré-capitalista de subsistência para a mercantilização da produção e da terra. Significava também a perda dos mecanismos locais de segurança garantidores dos recursos mínimos de sobrevivência e reprodução da Comunidade.

Tanto Ennes de Souza como as instituições que co-fundou prescreviam a profissionalização do trabalhador rural através de cursos e/ou escolas rurais/profissionalizantes, que em última instância, tirariam os mesmos da situação de atraso econômico e miséria moral em que se encontravam. Além disso, através de um projeto de reforma agrária defendiam a inserção tanto da terra como do trabalhador na dimensão liberal do mercado. Essas medidas, em um primeiro momento, poderiam significar um aumento na produtividade para os agricultores suburbanos e do *hinterland* carioca, como aqueles que compunham a Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande. Porém, a realidade era outra para aqueles aos quais tais ideias eram endereçadas.

A manutenção dos interesses e necessidades da Comunidade passava diretamente pela manutenção dos padrões sociais e econômicos pré-capitalistas que possibilitaram o surgimento, manutenção e expansão da mesma. As propostas ruralistas se colocavam frontalmente contrária aos interesses da Comunidade naquele momento porque traziam consigo: a reorientação da produção de subsistência para uma produção voltada para o mercado, incidindo no aumento do valor da terra e, conseqüentemente, dos arrendamentos²⁷; quebrava a segurança e estabilidade da manutenção da terra para as famílias dos agricultores abrindo a possibilidade da venda da terra para *outsiders*; aumentava o custo de vida devido a cobrança de impostos rurais e, por último, mas

²⁶ Jornal Correio da Manhã, 6 de novembro de 1916. Jornal Cidade do Rio, 7 de junho de 1898.

²⁷ São diversos os relatos dos descendentes da Comunidade que hoje vivem no Quilombo Cafundá Astrogilda a descrever o aumento dos valores de arrendamento cobrados pelo Banco de Crédito Móvel quando assumiu as terras beneditinas.

não por fim, alterava os ritmos de vida e trabalho obrigando o aumento da produção para fazer frente ao aumento do custo mínimo para a subsistência familiar.

De certa maneira, o impacto social e econômico local esperado a partir da implantação das transformações econômicas contidas no projeto de nação apresentado pelos “Cavaleiros do Apocalipse” era definitivamente uma ameaça à Economia Moral das Vargens, porém, na prática era também uma tentativa de controlar o processo de mercantilização da terra que já vinha ocorrendo na cidade desde os anos 1850 e, ao mesmo tempo, direcionar as relações de trabalho e produção no pós-abolição. Logo, o que aparentemente poderia representar para políticos e intelectuais práticas atrasadas e anti-modernas, podem ser interpretadas como formas de resistência à implementação do projeto ruralista nas Vargens. Isso porque, a manutenção das antigas formas de produção, o não investimento em melhoramentos em prédios, estalagens e etc., a qual eram identificados como sinal da extrema miséria da população local também podem ser vistos como uma estratégia para a diminuição dos interesses estrangeiros nas terras locais em um contexto de mercantilização da terra aonde as mesmas teriam seus valores decrescidos ao invés de aumentados. Soma-se a isso, o fato de ser considerado extremamente elevado o número de arrendatários locais inadimplentes, fato que gerava prejuízos financeiros para o dono das terras no pós-abolição, o Banco de Crédito Móvel.

O impacto efetivo desta estratégia campesina se apresentou eficaz e possivelmente eram raras as pessoas que se aventuravam a comprar terras nas Vargens no pós-abolição conforme é possível ver nos jornais locais. As diversas tentativas de venda de terras nas Vargens pelos antigos proprietários pós beneditinos – Companhia de Engenho Central, a Companhia São Lázaro e o Banco de Crédito – foi sempre um problema e possivelmente um fator depreciativo no seu valor venal (Op. Cit. DÓRIA: p. 226-245). Como o Banco não conseguia vender as terras das Vargens, possivelmente porque as estratégias campesinas conseguiam afastar possíveis interessados, principalmente os indivíduos afeitos aos novos padrões de produção econômica, foram adotadas constantes práticas de ameaças físicas e expulsão de agricultores de suas terras nas Vargens (Idem, DÓRIA: p. 245). Porém, a manutenção dos padrões de organização social e econômica da Comunidade de Vargem Grande, o que vimos sugerindo como estratégias não declaradas de resistência e oposição às tentativas de implementação da mercantilização do território em prejuízo a subsistência campesina e ameaça a Economia Moral das Vargens tanto manteve acessível os valores cobrados para arrendamentos como também baixou os preços relativos à venda das terras

tornando a compra acessível para os agricultores da Comunidade, que então, poderiam passar da condição de arrendatários para a condição de proprietários (Idem, DÓRIA: p. 230-262).

É importante perceber a conexão entre o interesse na aquisição de lucros advindos da mercantilização da terra por parte do setor financeiro com o projeto de modernização agrícola preconizado pelos ruralistas para as áreas rurais do Rio de Janeiro, tendo em vista que um dos primeiros compradores das terras beneditinas, sócio proprietário da Companhia de Engenho Central de Jacarepaguá (CECJ) era também membro da SNA²⁸. Outro detalhe a chamar atenção era a presença de ex-proprietários da CECJ (Companhia do Engenho Central de Jacarepaguá) como membros acionistas do Banco de Crédito Móvel e, como alertado por Sônia Regina de Mendonça, o caráter classista do movimento ruralista – projeto de parte da elite intelectual e política brasileira – nos ajuda a compreender determinadas escolhas políticas e a formatação destes projetos nacionais. Tais questões ainda precisam ser mais profundamente analisadas para entendermos como capital e conhecimento compartilharam interesses e puderam assim construir um projeto econômico para o Brasil na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Por outro lado, as transformações preconizadas no projeto de nação ruralista apresentado por Ennes de Souza e a SNA impactavam diretamente nas formas tradicionais de organização social e econômica do território ao desimpessoalizar as relações econômicas dentro da Comunidade criando um ambiente de disputa por terras e competição interna em torno do aumento da produção, já que estimulavam a introdução de práticas capitalistas de mercado.

Um caso emblemático neste sentido se deu com uma das famílias dessa Comunidade – os Arieiv²⁹ – no início do século XX, período de introdução da Economia de Mercado nas Vargens. A partir da abertura do mercado de terras nas Vargens e das pressões sociais produzidas pelas constantes transações de compra, venda e aluguel das mesmas capitaneada pelo Banco de Crédito Móvel, a família Arieiv passou a negociar as terras de outros membros da Comunidade e acumula-las para si mediante o endividamento ou no momento de morte de algum integrante da família por faltar recursos para custeio do funeral. Em troca dos bens e dinheiros solicitados aos Arieiv pelos outros membros da Comunidade da qual eles mesmos faziam parte e, até mesmo,

²⁸ Jornal A Cidade do Rio, 7 de junho de 1898.

²⁹ Nome fictício para preservar o anonimato ético em relação a este núcleo familiar tendo em vista a sua existência ainda nos dias de hoje dentro da Comunidade.

estavam vinculados por laços de parentesco – marca indelével daquela Comunidade –, recebiam terras como garantia e/ou pagamento e com eles assim permaneciam.

Por este motivo passaram a ser mal vistos pela Comunidade, principalmente as famílias mais pobres, fato que até os dias de hoje não está bem resolvido entre estas famílias e provoca comentários ou conversas privadas sobre a mesma. Tal prática quebrava as práticas tradicionais de organização social da Comunidade e iam de encontro a Economia Moral das Vargues. Ao quebrar o pacto entre iguais em favor de uma acumulação de capital contrária aos valores morais locais, os Arieiv contribuíram para a mudança das formas de acesso à terra e fortaleceram a perspectiva de mercantilização da mesma. Entretanto, a maior parte dos núcleos familiares constitutivos da Comunidade se manteve organizada social e politicamente por intermédio dos princípios fundacionais históricos em que o parentesco se apresentava como um dos últimos recursos tradicionais a permanecer na estrutura social e econômica da mesma, igualmente funcionando como mecanismo de manutenção e hereditariedade na posse tanto das terras e como propriedades.

Deste modo, e ao mesmo tempo, impedindo a entrada de invasores – sobretudo grileiros –, fechando-se em si para a preservação dos aspectos tradicionais que lhe possibilitaram resistir e permanecer em suas terras, o parentesco foi decisivo para a manutenção territorial da Comunidade, pois enquanto prática conservadora oriunda de uma configuração societária em que o mercado não encontra centralidade na Economia e os valores sociais são alheios aos ganhos financeiros, ela diminui tanto a mercantilização como seleciona o acesso às terras da Comunidade. A defesa dos interesses coletivos estreitou os laços de parentesco e comunitários se valendo de padrões socioeconômicos conservadores como mecanismo de resistência frente as diversas ameaças à subsistência e permanência nas terras dos indivíduos que formaram a Comunidade de Agricultores Negros e Mestiços de Vargem Grande no pós-abolição.

Referências Bibliográficas

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. vol. 1. Conselho Federal de Cultura, 1970.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

- BURKE, Peter. *Uma história do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CORRÊA, Armando Magalhães. *O sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2017.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro (século XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (188-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- NAVA, Pedro. *Bau de Ossos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SCOTT, James. C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. Yale University Press: New Haven and London, 1990.

Artigos

- FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 4, ano IV, nº 3, julho/agosto/setembro.2007.
- MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e ensino agrônômico: empresários e funcionários para a agricultura brasileira (1901-1962). - In: MENDONÇA, Sonia Regina; VALENCIA, Marta (orgs.). *Brasil e Argentina: Estado, agricultura e empresários*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n° 45, set/dez. 2010.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (orgs.). *Para uma História Cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

Tese e Dissertações

DÓRIA, Júlio C. de S. *Uma comunidade de agricultores negros e mestiços no Sertão Carioca: as origens do Quilombo Cafundá Astrogilda de Vargem Grande*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2021.

FERREIRA, Luiz Otávio. *Os politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, maio de 1989.

Fontes

Arquivo da Universidade de Zurique

Bericht des akademischen senates uber die Wirksamkeit der Universitat Zurich von Ostern 1879 bis Ostern 1880 (Relatório do senado acadêmico sobre desempenho na Universidade de Zurique entre a Páscoa 1879 à Páscoa de 1880).

Zuhörerlist (Lista de ouvintes) Localização EZ-2.1/08.037.

Programm der eidgen. polytechnischen Schule für das Schuljahr 1873/74.

Beziehungsweise das erste Halbjahr.

Arquivo da Universidade de Minas de Freiberg

OBA 12060 Band 1 (Band = volume), 2927.

Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (CEPEDOCV)

Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) do CPEDOC da FGV em 11/09/2014 em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SOUSA,%20Antonio%20Ennes%20de.pdf>>.

Arquivo do Mosteiro de São Bento

Escritura de compra e venda das Fazendas do Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande – Localização 8.2.1409-7.

Biblioteca Nacional

Periódicos

Revista de Engenharia de 15 de setembro de 1881.

Jornal Gazeta da Tarde, 3 de novembro de 1883.

Jornal Gazeta da Tarde, 9 de janeiro de 1884.

Jornal Gazeta da Tarde, 16 de janeiro de 1884.

Jornal Gazeta da Tarde, 13 de junho de 1891.

Jornal do Agricultor, 20 de fevereiro de 1892.

Jornal O Combate de 28 de abril de 1892.

Jornal Gazeta da Tarde, 27 de novembro de 1897.

Jornal Cidade do Rio, 7 de junho de 1898.

Jornal A Imprensa, 24 de fevereiro de 1901.

Jornal Correio da Manhã, 6 de novembro de 1916.

Manuscritos digitalizados

Relatórios do Ministério da Fazenda 1891-1926 – Referência ao ano de 1910.

Arquivo da Sociedade Nacional de Agricultura

Revista A Lavoura, nº 1, ano 1897.

Sobre o autor:

Júlio Cesar de Souza Dória: Pós-doutorando em História Social pela UFRJ e pesquisador associado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade de Ljubljana. Autor do livro: *A Confederação Nago-Macamba-Malunga dos Abolicionistas*.

Artigo recebido para publicação em: 10 de dezembro de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 26 de abril de 2022.

Como citar:

DÓRIA, Júlio Cesar de Souza. O ruralismo na Baixada de Jacarepaguá: a intervenção intelectual na agricultura de subsistência do sertão carioca. *Revista Transversos*. Dossiê: *Escravidão e liberdade no Brasil Independente*. Rio de Janeiro, n.º. 24, 2022. pp. 96-119. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/64074>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2022. 64074

